

Deputados aumentam

CÂMARA APROVOU EQUIPARAÇÃO DE SALÁRIOS DE DEPUTADOS, SENADORES E MINISTROS

seus salários

DE ESTADO AOS DE MINISTROS DO SUPREMO

Quinta-feira, 17-3-94

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, por 296 votos a 54, a equiparação dos salários dos deputados, senadores e ministros de Estado aos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal. O presidente Itamar Franco tinha vetado a equiparação, mas as lideranças da Câmara, fazendo jogo duplo, derrubaram o veto. Em fevereiro, deputados e senadores receberam CR\$ 2,57 milhões, e os ministros do STF, Cr\$ 3,5 milhões. Os parlamentares contam ainda com franquia nos serviços de Correios e telefonia e oito passagens aéreas mensais.

De acordo com cálculos não oficiais, o salário dos parlamentares deverá ser elevado em 35%. No entanto, devido a uma manobra dos juizes do STF, esse valor pode ser ainda maior. Ao contrário dos demais funcionários públicos, que tiveram a conversão de seus salários para a URV pela média dos últimos quatro meses e feita no último dia do mês, os ministros e servidores do STF anteciparam a data de conversão do dia 30 para o dia 20, o que representará um ganho estimado em 11% pelos ministros militares.

Se a decisão da Câmara for ratificada pelo Senado, vai representar aumento de 113% nos salários dos ministros de Estado, provocando um "efeito dominó" nas folhas de pagamento dos deputados estaduais, servidores dos Estados e dos municípios. Os proventos dos diretores e presidentes de empresas estatais e funcionários comissionados do Congresso também terão um aumento real. A

maioria das lideranças manifestou-se a favor da manutenção do veto no microfone do plenário. Fora do microfone, porém, elas orientaram seus liderados a votar pela derrubada do veto.

A bancada do PT se absteve. O deputado Roberto Cardoso Alves (PTB-SP) foi um dos poucos a revelar que votou contra o veto. E aos que o criticaram, tentou revistar com agressão física, como ocorreu no Salão Verde da Câmara, quando partiu para cima do deputado José Genoíno (PT-SP). O deputado Sarney Filho (PFL-MA), quando o resultado foi divulgado, entrou no café da Câmara festejando. Alertado para o fato de que isso poderia causar prejuízos à imagem do Congresso, disse: "Não votamos um aumento, só derrubamos um veto".

Os líderes do PFL e do PMDB, Luís Eduardo Magalhães (BA) e Tarcísio Delgado (MG), pediram a seus comandados, por baixo do pano, a derrubada do veto. Eles foram muito pressionados. Muitos parlamentares disseram que só continuariam participando da revisão com aumento salarial.

O primeiro-secretário da Câmara, Wilson Campos (PSDB-PE), para conseguir a rejeição ao veto, manteve o painel eletrônico aberto para votação por mais de uma hora e meia — para obter um quorum favorável. No Senado a votação foi adiada. Como o quorum estava baixo — apenas 37 senadores se achavam presentes e eram necessários 42 votos para a derrubada do veto — a sessão não prosseguiu.